

MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: UM BEM PÚBLICO OU UMA RESPONSABILIDADE PRIVADA

A Educação é um elemento de marcada relevância numa sociedade desenvolvida, sendo considerada como um dos principais pilares da civilização moderna, desempenhando um papel central no desenvolvimento social e económico, na democracia e na evolução do bem-estar das sociedades. Efetivamente, podemos afirmar que uma sociedade constituída por um elevado número de indivíduos altamente qualificados é mais eficiente do ponto de vista económico (1). Sendo que a produtividade e o crescimento económico nacionais/globais são impulsionados pela Inovação, que por sua vez depende da investigação e do capital humano, é um facto que o Ensino Superior (ES) contribui significativamente para o desenvolvimento de ambos (2).

Assim, o ES assume-se como uma instituição humana para o avanço e transmissão de Património Cultural e Intelectual (3). As Instituições de Ensino Superior (IES) e respetivas Unidades Orgânicas são locais de interação entre vários domínios, nomeadamente o Científico, Cultural e o Intelectual, tornando-as numa fonte de desenvolvimento científico e de pensamento crítico. O contacto entre Unidades Orgânicas e realidades, tanto de estudantes como de professores provenientes de realidades sociais, económicas, étnicas e linguísticas diferentes, contribui para a diversificação do Ensino, para a Democratização do Acesso e desempenha ainda um papel fundamental na criação de um Ensino Superior que defenda a igualdade e inclusão de todos (3). Deste modo, o ES deverá ser considerado um Bem Comum e uma Responsabilidade Pública.

Temos vindo a observar, nos últimos anos, um afastamento do ES da esfera mediática, em grande parte devido à perceção criada pela opinião pública de que a falta de qualificação, sobretudo nas camadas mais jovens, estaria agora a ser resolvida. Este facto é evidenciado pelos consecutivos episódios de desemprego e emigração de diplomados, assim como por dados disponibilizados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) que indicam que 40% dos jovens Portugueses com 20 anos encontram-se inscritos no ES o que, quando comparado com a realidade Europeia, nomeadamente através das médias dos restantes países da OCDE, cerca de 42%, transmite uma falsa sensação de dever cumprido. Além disto, podemos observar o debate público e político dos temas da Investigação, do Desenvolvimento e da Inovação como algo desvinculado do “restante” ES, transmitindo, erroneamente, a ideia de que estes sistemas não se encontram fortemente interligados, complementando-se e alimentando-se mutuamente (4). É, então, notória a perda de entusiasmo pela esfera do ES.

Todavia, o crescimento afeta a dimensão do sistema nacional, bem como as unidades que o constituem. À medida que um sistema cresce, deixando progressivamente de se constituir enquanto sistema de elite, com necessidades relativamente pouco exigentes sobre os recursos nacionais, torna-se num competidor cada vez mais substancial de gastos públicos (1). É então perceptível que o ES está a ser vítima das consequências do seu próprio crescimento. Em anos mais recentes, e após um período de rápida expansão, observamos que devido a possíveis razões tais como alterações na relação da oferta e procura do ES, o período de relativa estagnação da economia portuguesa, ou ainda resultado da própria crise, o panorama alterou-se (4).

No discurso político predominante, constatamos a alteração do paradoxo da Educação, passando esta a ser compreendida apenas enquanto fator económico e não como a chave para o desenvolvimento socioeconómico. O mercado da educação estabeleceu-se, então, com base na instrumentalização e na mudança de paradigma tendo a educação assumido o papel de fator económico e recurso para a prosperidade. Isto levou a uma tendência a que a *European Students' Union* (ESU) e outras entidades Europeias se referem como a Mercantilização do ES, *Commodification* em Inglês, definida como a mudança da perceção do ES enquanto um bem público e de uma responsabilidade pública, para um bem privado e limitado (3). Neste contexto, o ES é entendido como a indústria do conhecimento, as IES enquanto entidades prestadoras de serviços e os estudantes como consumidores de educação e capital humano para o mercado de trabalho.

Ao definirmos a educação meramente como um fator de produção, qualquer debate sobre investimento em educação irá recair sobre o ideal de que se trata de um investimento com fins lucrativos, seja na forma monetária ou sobre a forma de "capital humano". Podemos, no entanto, afirmar que esta é uma visão que não abrange a total complexidade do ES. Neste paradigma, podemos ainda depreender que as empresas que apoiam diretamente o crescimento económico, estão dependentes do ensino, da investigação e da inovação, tendo assim particular interesse em participar no desenvolvimento do Ensino Superior. A Mercantilização é então responsável pelo estabelecimento de um clima pouco saudável de competição entre os estudantes que sentem uma pressão extra para se destacar através dos seus resultados escolares e realizações extracurriculares. Da mesma forma, existe também o estímulo para uma competição pouco saudável entre IES, onde a educação é vendida como um produto,

num esforço para obter lucro, contrariando o objetivo primordial das IES ao deixar de lado a qualidade da educação.

O número de estudantes no ES aumentou significativamente, desde 1990 com 157 869 estudantes inscritos, para 372 753 estudantes em 2018, sendo que o mesmo não se verificou no montante de financiamento público (4)(5). Encontramo-nos, assim, num panorama de subfinanciamento crónico que obriga as IES a procurarem novas formas de autofinanciamento, formas estas que, frequentemente, se apoiam no estudante que, para além do pagamento de propinas vê-se ainda obrigado a suportar taxas e emolumentos, numa intensificação do processo de Mercantilização do Ensino Superior, desvirtuando a missão das IES e comprometendo o acesso à educação. Para além disto, assistimos ainda a fatores de evolução que aumentaram significativamente as necessidades de financiamento, tais como a internacionalização do ensino superior e da investigação, e a necessidade de modernização dos métodos de ensino. Ao não nos debruçarmos sobre as presentes necessidades, podemos vir a incorrer em efeitos tremendamente negativos a longo prazo podendo inclusive, fazer com que o Ensino Superior Nacional recue no seu nível de desenvolvimento. Qualquer um destes factos é esclarecedor quanto ao papel da tutela no Ensino Superior, sendo clara a desresponsabilização do Governo perante o sistema de Ensino Superior que cresce de ano para ano, mas que acumula problemas e que, perante a realidade Europeia, acaba por ficar para trás. Apenas 34% da população entre os 25 e os 34 anos possui um grau superior de ensino, percentagens bastante inferiores à média dos países da OCDE que ronda os 44%. Não bastará, portanto, prosseguir com a expansão do Ensino Superior nos moldes atuais.

Desta forma, urge realizar uma discussão profunda sobre o futuro do ensino superior, que deverá reunir todos os intervenientes neste sistema, nomeadamente os representantes dos estudantes, abordar os valores e prioridades do atual sistema de ensino, reapreciar os pressupostos definidos pelo Processo de Bolonha, e ainda permitir a reflexão crítica sobre as políticas locais, regionais e nacionais que afetam direta ou indiretamente o Ensino Superior.

Como tal, e estando cientes do momento político que atravessamos, é essencial que se trace o plano para o futuro do Ensino Superior e que se estabeleçam, de forma clara, os principais intervenientes. Assim, as Federações e as Associações Académicas e de Estudantes reunidas em sede de Encontro Nacional de Direções Associativas nos dias 7 e 8 de setembro de 2019, em Viseu, vêm por este meio reiterar que:

1. A Tutela, assim como os atuais e futuros líderes dos órgãos responsáveis pelo Ensino Superior, assumam a devida responsabilidade direcionando as políticas nacionais para o estabelecimento do ES como um Bem Público, contrariando o atual processo de Mercantilização, devendo isto ter como objetivo um aumento do financiamento global das IES, o alargamento dos mecanismos de ação social, entre outros.
2. De forma a estabelecer um plano devidamente fundamentado e que comporte as reais necessidades do Ensino Superior, seja criado um fórum de discussão nacional constituído pelos órgãos ministeriais e pelos representantes dos estudantes, nomeadamente as Federações e Associações Académicas e de Estudantes.
3. O Programa de Governo demonstre, de forma clara, o compromisso para com o Ensino Superior, abordando tópicos, de entre os quais:

- a. A alteração do paradigma do financiamento do Ensino Superior, através da criação de uma linha de incentivos baseada no desempenho das IES, nomeadamente, a atribuição de fundos baseados em critérios de qualidade do Ensino ministrado, definidos por parte da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES);
- b. O investimento no processo de internacionalização do ensino superior nacional, através do desenvolvimento e da estimulação da participação em programas de mobilidade tanto para estudantes como para docentes;
- c. A definição da investigação puramente para fins de conhecimento, como um Bem público e uma responsabilidade pública devendo para tal, existir o compromisso com o investimento nas carreiras científicas.

Proponente: Federação Académica de Lisboa

Endereçado a: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES);
Direção Geral do Ensino Superior (DGES); Partidos Políticos Portugueses.

Com Conhecimento: CRUP, CCISP

Referências Bibliográficas:

1. Williams G. Higher education: Public good or private commodity? London Rev Educ. 2016;14(1):131-42.
2. 2017 O. Benchmarking Higher Education System Performance: Conceptual framework and data. Enhancing High Educ Syst Perform [Internet]. 2017;97. Available from: <http://www.oecd.org/education/skills-beyond-school/benchmarking-higher-education-systems-performance.htm>
3. Students E, Education I, Declaration U, Rights H, Covenant I, Rights C. Policy paper on public responsibility , governance and financing of higher education. 2016;
4. Teixeira, Pedro; Figueiredo, Hugo; Cerejeira, João; Portela M. Ensino superior e políticas públicas: muito pouco, demasiado tarde? Observador. 2018;
5. Organisation for Economic Co-operation and Development., Innovation C for ER and. Education at a Glance 2018 : OECD Indicators. 2018. 405 p.